



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL
GESTÃO 2024-2026

REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO - CACIN

INFORMAÇÕES GERAIS:

Data: 19/04/2024

Hora: 9h

Local/Modalidade: Remota/Teams

PRESENTES:

Dra. Ana Marques Veras – Presidente

Eliseu Magno Silva Carneiro – ex-secretário da CACIN (Gestão 2022-2023) e integrante da Equipe de transição

Isabela Batista

Joyce Kleyrilane Benevides Araújo

Leylane Conceição dos S Coutinho

Luís Alves de Araújo Neto

Marcela Rodrigues Geriz

Márcia Cristina de Aquino

Micheline Granja Batista

Natalia Souto Maior Barros

Renata Prado de Farias

Tainara dos Santos Valença

Ana Stival – Secretária das Comissões

PAUTA:

- Reunião da Comissão com o Grupo de Servidores Mães e Pais Atípicos

DISCUSSÕES:

Iniciados os trabalhos, a Presidente da Comissão, Dra. Ana Marques Veras, iniciou a reunião e houve a apresentação dos servidores componentes do Grupo de Servidores Mães e Pais Atípicos: Marcela Rodrigues Geriz é servidora da 2ª Vara Criminal da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe e mãe atípica, Joyce Araújo é servidora, Assistente Social, de Arcoverde, Conselheira do Sindicato dos Servidores do Judiciário do Estado de Pernambuco e mãe atípica, Luís Alves de Araújo Neto é servidor do 17º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Capital/PE e pai de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Natalia Souto Maior Barros é servidora da 7ª Vara Criminal da Capital/PE e mãe de uma criança com TEA, Renata Prado de Farias é servidora da Diretoria Estadual de Família e mãe de uma criança com TEA, Tainara dos Santos Valença é servidora da 2ª Vara da Comarca de Cabrobó e mãe de uma criança com TEA; após a apresentação foi dada a palavra ao Grupo de Servidores Mães e Pais Atípicos, iniciando com Marcela Rodrigues que agradeceu a oportunidade da reunião e informou que é



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL
GESTÃO 2024-2026

a primeira vez que é escutada, relatou sobre a dificuldade de ser mãe atípica, inclusive no ambiente de trabalho, expondo a vulnerabilidade ao assédio, visto que nem sempre é compreendida, a servidora afirmou que é importante que a inclusão das mães e pais atípicos seja realizada de forma individual, pois cada um tem uma demanda diferente e que o Grupo quer contribuir com o Tribunal, porém é necessário que seja entendido a condição de cada mãe e pai atípico; em seguida Natalia Souto Maior informou há uma grande apreensão no Grupo diante da incerteza de como funcionará as Diretorias, explicando que as questões primordiais do Grupo é, primeiramente, em relação às metas, pois deve ser ajustada proporcionalmente à redução da carga horária de cada servidor, e em relação à flexibilidade do horário de trabalho, visto que nem sempre é possível cumprir um horário estabelecido, em virtude de atribuições com o filho, exemplificado que tem dias que precisa levar o filho na terapia, logo, trabalha em outro diverso do estabelecido; após, a servidora Leylane Conceição esclareceu que a demanda principal é que haja norma sobre o teletrabalho, bem como o trabalho presencial, para resguardar as pessoas que necessitam desta segurança. Em seguida, Dra. Ana Marques Veras esclareceu que as reuniões acontecerão sempre que necessárias e será marcada uma reunião após a implementação das Diretorias e também será marcada uma reunião com o Diretor Geral para que o TJPE tenha conhecimento dos pedidos requeridos pelo Grupo de Servidores Mães e Pais Atípicos. Por fim, foi encerrada a reunião.

DELIBERAÇÕES:

- Agendar reunião da Comissão com o Grupo de Servidores Mães e Pais Atípicos após a implementação das Diretorias;
- Agendar reunião com o Diretor Geral, Marcel Lima, para apresentar os pedidos requeridos pelo Grupo de Servidores Mães e Pais Atípicos.